

Intervenção - GOP e Orçamento 2026 | Sentido de Voto: Abstenção

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026 são apresentados como o primeiro grande documento político deste novo Executivo.

Mas sejamos sérios: este não é, em substância, o Orçamento deste Executivo.

É, na sua esmagadora maioria e percentagem, a fatura acumulada do anterior, agora entregue para pagamento faseado.

Desde logo, há um dado político que não pode ser varrido para debaixo do tapete: Aveiro é dos últimos municípios portugueses - senão o último - a discutir e deliberar sobre as GOP e o Orçamento para 2026.

Isto não é um pormenor técnico. É um sinal claro de atraso decisório, de desorganização política e de uma governação que chega sempre depois do calendário – quando o devia liderar! - e de uma capacidade questionável para a boa gestão da coisa pública.

Grande parte do investimento inscrito resulta do frenesim de adjudicações eleitoralistas do Executivo cessante, concentradas de forma quase industrial nos últimos oito meses do mandato anterior. Obras lançadas à pressa, contratos assinados em modo sprint, decisões tomadas com o calendário eleitoral numa mão e a caneta na outra.

O que hoje se apresenta como “visão estratégica” é, na maioria dos casos e assuntos, mera execução obrigatória de decisões herdadas. Este Orçamento não nasce de uma reflexão profunda sobre prioridades; nasce de um estaleiro já montado, com tapumes colocados e faturas que começam a chegar, para pagar ou por pagar.

Por isso, temos de ser muito claros: este novo Executivo e este novo Presidente pouco mais podem fazer, para já, do que gerir a obra dos outros. Zelar pelo cronograma. Conferir autos de medição. Resolver, as mais das vezes por mera assunção, problemas que não criaram. São, outrossim e politicamente, mais capatazes de um legado do que verdadeiros autores de um novo ciclo.

Não é um insulto. É uma descrição funcional.

E os números confirmam-no.

Em 2025, Aveiro teve uma taxa de execução orçamental de apenas 27%, num Orçamento superior a 210 milhões de euros. Repito: 27%. Pouco mais de um quarto.

Isto não é, nem foi, prudência financeira; é orçamentação inflacionada para efeitos eleitorais, seguida de execução mínima para não assumir riscos.

Os munícipes de Aveiro, os Aveirenses - que suportaram e continuam a suportar uma carga fiscal verdadeiramente asfixiante, em IMI, taxas, tarifas e preços municipais - pagaram como se tudo fosse feito e receberam como se quase nada tivesse sido executado. E tudo indica, suspeito fundadamente, que a taxa de execução de 2026 andará por valores idênticos, porque o padrão mantém-se: orçamentos gigantes, execução previsivelmente anémica.

O Orçamento agora em discussão volta a rondar os 200 milhões de euros, com receitas previstas na mesma ordem de grandeza, mas a experiência recente demonstra, infelizmente, que a capacidade real de transformar previsões em obra concreta é francamente limitada e confrangedora.

Passemos então ao conteúdo e comecemos pelo que corre em piloto automático.

A cooperação com a Universidade de Aveiro é correta, consensual, segura e. atrevo-me a dizer, obrigatória. A UA é um dos mais importantes e relevantes ativos estratégicos do Concelho de Aveiro e qualquer Executivo minimamente prudente faria o mesmo. Não há aqui ousadia, nem risco, nem novidade. É gestão corrente - e, neste caso, bem feita. Talvez não se possa dizer o mesmo dos anteriores Executivos PSD/CDS...

Também no plano financeiro, o Orçamento é apresentável. Contas certas, dívida controlada, equilíbrio formal. Mas importa não confundir boa contabilidade com boa política. Um Excel equilibrado não tapa buracos na estrada, não resolve o caos no trânsito, não traz pessoas para viver no Concelho, não capta investimento estratégico, enfim, não aumenta a qualidade de vida.

E é aí que este documento começa a revelar as suas evidentes fragilidades. E, também, a falta de visão e de ambição de quem, agora, o propõe como instrumento estratégico para a governação do Município.

Estas GOP's e o Orçamento que as suporta são-nos apresentados carregados de retórica pseudo-modernista, mas com escolhas e opções antigas. Fala-se muito de inovação, proximidade e resultados. Mas quando se vai ao detalhe, percebe-se que falta aquilo que distingue governação de mera gestão: prioridades claras. coragem política para corrigir o que, aos olhos de todos, foi mal feito, vontade de inovar, capacidade para prever o futuro, mais ainda, inteligência para o desenhar.

Comecemos pela rede viária municipal.

Aveiro tem uma rede viária cansada, degradada e maltratada há demasiados anos – 12, pelo menos. O investimento agora previsto e proposto é claramente insuficiente, tímido e disperso. Não há um plano sério, plurianual, com critérios técnicos e territoriais claros, um plano como o que o Chega propôs, com inventário exaustivo, objetivos definidos e

calendário de execução fechado e escrutinável. Há remendos, não há estratégia. Governa-se ao ritmo do buraco mais barulhento.

E quando falamos de mobilidade, não podemos ignorar o elefante plantado no meio da estrada: as obras da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e da Avenida 25 de Abril.

Intervenções mal planeadas de origem, sem qualquer menção neste Orçamento, muito menos proposta para reformulação e correção dos erros cometidos, séria e com prazos de execução definidos.

Todos os dias estas obras e os erros nelas cometidos geram caos no trânsito, estrangulamentos, atrasos, irritação e prejuízo económico. Este Executivo sabe que há erros de planeamento, como o anterior também sabia. Sabe que há problemas funcionais. Mas insiste, ou desiste, ou persiste.

É o clássico: quando a realidade não confirma a bondade e utilidade dos projetos, há que agir sobre a paciência dos cidadãos. Há que elevar os níveis de tolerância, porque o bom político é o que nunca se engana e raramente tem úvidas...

Depois temos a rotunda do Rato. Uma obra cara, caríssima, tremendamente discutível quanto à sua necessidade e utilidade, nada prioritária, em nossa opinião. Quando faltam recursos para manutenção da rede viária, ciclovias, passeios, para a segurança dos Aveirenses, para políticas de habitação sérias, insiste-se nesta requalificação como se fosse uma questão de honra pessoal. Não é visão; é teimosia.

Do mesmo manual de decisões fáceis surge a desativação da Escola Homem Cristo. Um edifício histórico - o primeiro em Portugal a ser projectado como Liceu - com valor educativo e patrimonial absolutamente inquestionáveis, cuja solução teria de ser a obrigatória reabilitação e utilização para os fins com que foi projectado. Optou-se pelo encerramento. Optou o anterior Presidente e opta o atual Presidente. Para eles, fechar é o mais simples. Já pensar, “pensar incomoda, como andar à chuva, quando o vento cresce e parece que chove mais”, como sabiamente um dia escreveu Alberto Caeiro.

No desporto, somos obrigados a reafirmar o óbvio: o Chega sempre se opôs ao Pavilhão Oficina do Desporto. Sempre. Pelo conceito, pelo modelo, pela localização e pela utilização limitada. É um equipamento rígido, pouco flexível, que serve mal as associações e concentra recursos num modelo fechado. Não era prioritário quando foi decidido, não é prioritário agora - e continua errado, mesmo com verniz moderno. E caro, demasiado caro.

No capítulo da segurança, o padrão repete-se, para mal dos nossos pecados: discurso prudente, pouquinho, investimento anémico para tentar tapar o Sol com peneira de crivo grosso. A aposta na e instalação de videovigilância continua a ser tratadas como acessórias, nada prioritárias, desnecessárias até. Aveiro precisa de um sistema integrado de videovigilância, moderno, eficaz, que cubra todo o Concelho. O que agora se propõe é por demais insuficiente, avulso e sem ambição e visão.

Mas há, ainda, outras áreas onde a suborçamentação já não é apenas política: é perigosa e envia sinais errados aos Aveirenses.

A Proteção Civil Municipal continua, clara e evidentemente, subfinanciada.

Num concelho com riscos reais e muito bem identificados - cheias, incêndios, fenómenos climáticos extremos, acidentes industriais e químicos, acidentes rodoviários graves, entre outros - isto é irresponsabilidade exponenciada.

Quanto às Corporações de Bombeiros do Concelho de Aveiro, o filme repete-se: muito elogio público, pouco reforço estrutural. O apoio mantém-se débil, muito curto e praticamente igual ao dos Executivos anteriores. Muda o Presidente, mantém-se a fragilidade e a pouca importância que se dá aos nossos Bombeiros. Os Bombeiros, esses, continuam a fazer milagres com orçamentos de sobrevivência, até no desempenho das funções e atribuições que competem à Protecção Civil Municipal.

E chegamos à habitação – um dos maiores falhanços deste Orçamento.

Aveiro vive, é sabido e por todos aceite, uma crise grave de acesso à habitação. Jovens, famílias e trabalhadores essenciais estão a ser empurrados para fora do Concelho, seja pelo preço das casas, seja pela oferta muito aquém da procura, seja por ambas as circunstâncias combinadas com salários baixos e pouco competitivos. O investimento previsto é fraco, tímido e sem escala. Não há uma estratégia municipal robusta de habitação para todos. Há programas dispersos, boas intenções e muita retórica. A habitação surge como nota de rodapé, quando deveria ser capítulo central, essencial, vector decisivo e estruturante das políticas públicas no Município de Aveiro.

As palavras bonitas, justapostas em frases, também elas, mais ou menos bonitas e compiladas em livrinho colorido de promessas de campanha, já o vento as levou. Esfumaram-se...

Curiosamente, onde nunca falta dinheiro é na comunicação institucional. Há sempre verba e mais verba para imagem, marketing, redes sociais, propaganda. Primeiro comunica-se o sucesso, difunde-se a propaganda; depois logo se vê se ele aparece.

Quanto aos dossiers da Administração Central, a história é conhecida: a Ria de Aveiro continua em banho-maria, o Eixo Estruturante permanece em limbo confortável, sem mais palavras que as de que em 2026 este Executivo quer iniciar a obra, o Hospital de Aveiro cada vez mais abandonado, decrépito, sem solução. Demasiados processos vitais, que se arrastam há demasiados anos, geridos pelos mesmos de sempre que nos procuram convencer de que agora é que é!

Sem pressão política séria, sem que Aveiro seja respeitada, sem que os sucessivos Executivos se façam respeitar, políticos sem peso político, políticas sem foco no primordial e no que deveria, sempre e em qualquer circunstância, vir primeiro: Aveiro e os Aveirenses.

Enumerar ou listas problemas não é governar; é encher páginas para tentar enganar.

Por tudo isto, o sentido de voto do Chega é a abstenção.

Não votamos contra, porque sabemos que este Orçamento é, em grande parte, herança pesada, pesadíssima, de decisões eleitoralistas tomadas à pressa pelo Executivo anterior.

Mas também não votamos a favor, porque este documento revela um Executivo que gere o passado, mas tem capacidade para liderar o futuro.

Este Orçamento revela-nos o que, afinal, já sabíamos: um Executivo mais preocupado em administrar compromissos herdados do que em assumir uma personalidade própria, com coragem para corrigir o que foi mal feito e rasgo para inovar, um Executivo que funciona, apenas, como capataz de um estaleiro alheio, mais do que como arquiteto de um novo projeto político.

A nossa abstenção é um aviso. E a desculpa da herança tem prazo de validade.

Quando esse prazo acabar, quando se esgotar o “estadozinho de graça”, os aveirenses vão exigir mais do que o que este Executivo e este Presidente hoje nos propõem: vão exigir decisões, coragem, resultados. Vão exigir Futuro.

Sem rodeios, sem anestesia, sem paliativos nem tergiversações.

E é aí, nessa batalha, que o Chega estará, caso nos queiram encontrar,

Aveiro, 20 de Janeiro de 2026.

Diogo Soares Machado

Vereador eleito pelo Partido CHEGA